


**INFORMATIVO n° 171/2015**

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO  
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL                      NÚMERO: 3085                      ANO: 2008**  
**APENSOS: PL nº 3.482, de 2008; e PL nº 7.256, de 2010**

**1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?**

☒ SIM → ☒ Aumento de despesa - ☒ União ☐ estados ☐ municípios  
→ ☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios  
☐ NÃO

**1.1.Há proposição apensa, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?**

☒ SIM 

- ☒ Aumento de despesa. Quais? Encargos previdenciários da União
- ☐ Implica diminuição de receita. Quais?
- ☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?

☐ NÃO

**2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:**

**2.1.Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?**

☐ SIM (Substitutivo do Relator) ☒ NÃO

**2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?**

☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?**

☐ SIM ☐ NÃO

**2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?**

☐ SIM ☐ NÃO

**3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas<sup>1</sup>?**

☒ SIM ☐ NÃO

### 3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido:

**4. Outras observações:**

Em resumo, os três projetos de lei e o Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família alteram a Lei nº 11.520/2007 para estender a pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que apresentem sequelas, e não somente àquelas submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia. Tal alteração tem por consequência o aumento do universo de beneficiários, o que fatalmente elevará os dispêndios da União. Nesse sentido, a proposição se

<sup>1</sup> Verificar especialmente os arts. 63, 167, 195 e 169 da Constituição Federal; arts. 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 24 da LRF; PPA 2012/2015; arts. 93, 108 e 109 da LDO 2015; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/98-CFT.



**Câmara dos Deputados**

**Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF**

**INFORMATIVO nº 171/2015**

apresenta inadequada e incompatível quanto ao aspecto orçamentário e financeiro. Não consta parecer na CFT. Pelo contrário, há uma informação de que a matéria foi devolvida sem manifestação no dia 26/06/2015.

**Brasília, 29 de junho de 2015.**

**Leonardo José Rolim Guimarães**  
**Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira**